

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE Diretoria de Assuntos Legislativos

em 14 de dezembro de 2023

Mensagem nº 100/23 Proc. nº 3551009.401.00007257/2023-28

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho o incluso Projeto de Lei Complementar que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal - CEF, a título de subsídio para a construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV -Faixa 1.

Trata-se de Projeto de Lei Complementar destinado a obter autorização legislativa para que o Executivo Municipal possa realizar doação de áreas do Município de São Vicente com a finalidade de implantação de programa de habitação social, instituído pela Lei Federal nº 14.620/23, denominado Programa Minha Casa Minha Vida.

A concessão da doação da área busca viabilizar a concretização de programas habitacionais de interesse social por meio do convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal para a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Faixa 1 no Município de São Vicente, previsto pela Lei Federal nº 14.620/2023.

Estima-se que com o presente instrumento será possível a construção de 400 (quatrocentas) moradias destinadas à população de baixa renda em imóvel de propriedade do Município que atualmente se encontra sem destinação específica, propiciando o melhor aproveitamento da área e o planejamento urbanístico municipal.

Ao ensejo, renovamos a V.Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

KAYO AMADO Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador Adoilson Ferreira dos Santos (Adilson da Farmácia) Presidente da Câmara Municipal São Vicente - SP

Câmara Municipal de São Vicens* Gabinete da Presidência

Recebido por KARIN Em. 14/12/23 às 14

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR $N^2 54/23$

Poder Autoriza Executivo a doar áreas de propriedade municipal ao Fundo de Arrendamento FAR. Residencial representado pela Caixa Econômica Federal - CEF, a título de subsídio para a construção de moradias destinadas à alienação no Programa âmbito do Minha Casa Minha Vida -PMCMV - Faixa 1, e dá outras providências. 3551009.401.00007257/2023-

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal - CEF, responsável por sua gestão e pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida -PMCMV - Faixa 1, nos termos da Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, com vistas à construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do referido Programa, as seguintes áreas de propriedade municipal, que fazem parte da Matrícula nº 129.059 do Cartório de Registro de Imóveis de São Vicente:

- I ÁREA A: Terreno constituído de Parte da Matrícula nº129.059, Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice 1, de coordenadas N= 7346879.3876m e E= 348079.1542m; deste segue pelo alinhamento da Rua Professor Archimedes Bava por uma distância de 105,78m, até encontrar o Vértice 2, de coordenadas N= 7346813.6427m e E= 348162.0214 m; deste deflete a direita e segue em linha reta por uma distância de 45,23m, confrontando com a ÁREA B, de propriedade da Prefeitura Municipal de São Vicente, até encontrar o Vértice 10, de coordenadas N= 7346778.2138m e E= 348133.9128m; deste deflete a esquerda e segue em linha reta por uma distância de 31,18m, confrontando com a ÁREA B, até encontrar o Vértice 11, de coordenadas N= 7346758.8350m e E= 348158.3385m; deste deflete a direita e segue em linha reta por uma distância de 25,88m, confrontando com a ÁREA B, até encontrar o Vértice 8, de coordenadas N= 7346738.5644 m e E= 348142.2562m; deste deflete a direita e segue em linha reta por uma distância de 136,96m, confrontando com a ÁREA 2, de propriedade do Espólio de José Pereira Soares, até encontrar o Vértice 9, de coordenadas N= 7346823.6880m e E= 348034.9634; deste deflete a direita e segue em linha reta por uma distância de 71,10m, confrontando com a área remanescente da Matrícula 129.059, de propriedade da Prefeitura Municipal de São Vicente, até encontrar o Vértice 1, de coordenadas N= 7346879.3876m e E= 348079.1542m, vértice de origem desta descrição, perfazendo assim uma área de 8.327,76m².
- II ÁREA B: Terreno constituído de Parte da Matrícula n°129.059, Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice 3, de coordenadas N= 7346797.1366m e E= 348148.9258m; deste segue em linha reta por uma distância de 31,09m, até encontrar o Vértice 4, de coordenadas N= 7346777.8107m e E= 348173.2848m; deste deflete a esquerda e segue em linha reta por uma distância de 21,07m, até encontrar o Vértice 5, de coordenadas N= 7346794.3168m e E= 348186.3804m; deste deflete a direita e segue em linha reta por uma distância de 105,80m, até encontrar o Vértice 6, de coordenadas N= 7346728.5177m e E= 348269.2355m; deste deflete a direita e segue em linha reta pelo alinhamento da Rua Presidente Médice por uma distância de 71,05m, até encontrar o Vértice 7, de coordenadas N= 7346672.8575m e E= 348225.0759m; deste deflete a direita e segue em linha reta pelo por uma distância de 105,72m, confrontando com Área 2 de propriedade do Espólio de José Pereira Soares, até encontrar o Vértice 8, de coordenadas N= 7346738.5644m e E= 348142.2562m; deste deflete a direita e segue em linha reta pelo por uma distância de 25,88m, confrontando com Área A de propriedade da Prefeitura Municipal de São Vicente, até encontrar o Vértice 11, de coordenadas N= 7346758.8350m e E= 348158.3385m; deste deflete a esquerda e segue em linha reta pelo por uma distância de 31,18m, confrontando com Área A de propriedade da Prefeitura Municipal de São Vicente, até encontrar o Vértice 10, de coordenadas N= 7346778.2138m e E= 348133.9128m; deste deflete a direita e segue em linha reta pelo por uma distância de 24,16m, confrontando com Área A de propriedade da Prefeitura Municipal de São Vicente, até encontrar o Vértice 3, de coordenadas N= N= 7346797.1366m e E= 348148.9258m, vértice de origem desta descrição, perfazendo assim uma área de 8.268,95m².
- Art. 2º A donatária deverá utilizar os imóveis doados, exclusivamente, para a construção de unidades residenciais destinadas à população de baixa renda, sob pena de revogação das doações.
- Art. 3º As doações de que tratam esta Lei Complementar serão revogadas caso a donatária deixe de dar início à execução das obras de engenharia civil nos imóveis doados, no prazo de 2 (dois) anos a contar da doação.

Parágrafo único. Serão ainda revogadas as doações nas seguintes hipóteses:

- I caso os bens imóveis descritos no artigo 1º desta Lei Complementar não sejam utilizados exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV;
 - II passem a integrar o ativo da CEF;
 - III passem a responder direta ou indiretamente por qualquer obrigação da CEF;
 - IV passem a compor a lista de bens e direitos da CEF, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial;
 - V caso sejam dados em garantia de débito de operação da CEF;
 - VI sejam constituídos quaisquer ônus reais sobre os imóveis.
 - Art. 4 º Os imóveis objetos das doações ficarão isentos do recolhimento dos seguintes tributos:
- I ITBI Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência do imóvel objeto da doação para o FAR e para os primeiros beneficiários finais do programa;
- II IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto permanecerem sobre a propriedade do FAR, desde que não ocupada pelos beneficiários finais do programa.
 - Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Documento assinado eletronicamente por Kayo Felype Nachtajler Amado, Prefeito Municipal, em 14/12/2023, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no <u>Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/baixadasantista/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0072353 e o código CRC 08F8EF9A.

Referência: Processo nº 3551009.401.00007257/2023-28

SEI nº 0072353



Prefeitura Municipal de São Vicente

Cidade Monumento da História Pátria Cellula Mater da Nacionalidade

São Vicente, 12 de dezembro de 2023.

Projeto de Lei - Autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, representado pela Caixa Econômica Federal, a título de subsídio para a construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Faixa 1, e dá outras providências.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Informo, nos termos da legislação vigente, em especial, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que o projeto em análise não terá impacto orçamentário-financeiro para o município de São Vicente, considerando que não altera ou cria nenhuma despesa de caráter continuado ou renúncia de receita com sua promulgação.

Por todo o exposto, conclui-se que o município não terá as metas afetadas pelo estudo em questão e tem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para essa ação.

ELISANGELA PEREIRA

Assinado de forma digital por

ELISANGELA PEREIRA

DOMINGUES:30740004816

Dados: 2023.12.12 15:16:16-03'00'

ELISÂNGELA PEREIRA DOMINGUES Secretária Municipal da Fazenda